

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N. 18, DE 30.09.2016

No dia 30 de Setembro de 2016, pelas 20h 35m, nos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM) de Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do público.
2. Ata da reunião de 26.06.2016.
3. Assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).
4. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.
5. Contratação de Empréstimo – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (Proj. 2002/I/102)
6. Contratação de empréstimo – Plano de Investimentos
7. Relatório de Execução Orçamental
8. - Regime extraordinário de regularização de atividades económicas – DL N.º 165/2014, de 5/11, e Lei n.º 21/2016, de 19/07
9. Alteração ao Regulamento de Apoio à Natalidade – Inquérito Público.
10. Intervenção do Público

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, Giselda Martins Sousa Neves, José António da Costa Moreira da Rocha, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Fernando Rodrigues Alves, Abel Duarte Barbosa, António da Silva Pinto, Ângelo Soares Fernandes, Maria Celeste José dos Santos, Filipe Miguel de Sousa Costa, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Maria Alcina Gonçalves Correia, José Duarte Sousa Rocha; Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira, Maria Manuela de Sousa Moreira, Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira; Liliana Catarina Martins Vieira, José António dos Santos Vilela, Carlos Manuel Silva Moreira em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Vítor Manuel Quintas Pinho, e Mónica Sofia Gomes da Rocha em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca, Agostinho Manuel Luís Monteiro.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o Presidente, Gonçalo Rocha e os Vereadores, António Rodrigues, José Manuel Moreira Carvalho, Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva e Cláudia Vanessa Silva Rodrigues Pereira.

Presidiu Gouveia Coelho, assessorado por Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre e José Vieira Gonçalves como 1^a.e 2^o. Secretários, respetivamente.

Pediram a suspensão de mandato os Membros:

- a) José Manuel Lopes de Almeida; b); Ricardo da Costa Moreira; c) Ricardo Jorge Martins Alves, d)Manuel Costa Moreira Rocha Correia; e) Manuel António Rocha Pereira; f) Cátia Cristina Gomes Rodrigues.

A AM nada opôs às requeridas suspensões, aceitando que em vez daqueles, participassem na reunião os respetivos substitutos, ou seja: a) Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira; b); Liliana Catarina Martins Vieira e) Filipe Miguel Sousa Costa; f) Maria Celeste José dos Santos.

O Presidente da AM declarou aberta a sessão às 20.35h.

1.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções

ATA DA SESSÃO DA AM DE 26.06.2016.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 26.06.2016.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria, com 4 abstenções, por não terem estado presentes naquela sessão, e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida ata.

Verificou-se a presença dos Membros Fátima Strecht, Pedro Maldonado, Alcina Correia, e Joselina Casaca.

3.- ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO (PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA).

Vitor Quintas Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Real, referiu que o passeio dos idosos foi um sucesso no que respeitava à Freguesia de Real e agradeceu ao Executivo pela iniciativa. Quanto à Feira do Vinho Verde foi mais um sucesso para o Concelho de Castelo de Paiva, com a formação e divulgação dos produtos do concelho, mas fazia um reparo relativamente aos vendedores ambulantes que proliferavam no Largo do Conde, dezenas de pessoas que não eram do concelho que vinham vender os seus produtos que nada tinham a ver com o Concelho e que a CM deveria pôr cobro àquela situação. Não era difícil cortar todos os acessos ao Largo do Conde com barreiras e não deixar passar aquelas pessoas para dentro do recinto da feira. Poderiam vender, mas fora daquele recinto. Agradeceu ao Grupo Municipal de Castelo de Paiva pela iniciativa da Corrida das Vindimas a que a Junta de Freguesia de Real se tinha associado. Quanto à AM que ocorreu na Freguesia de Real, pensou que alguns membros da AM tinham-se esquecido da Freguesia de Real, porque não estiveram presentes, mas estava a ver que continuavam a não comparecer e que afinal não havia desrespeito nenhum para com a Freguesia de Real, mas sim para quem os tinha elegido e pelo concelho de Castelo de Paiva. Aquela AM foi

realizada no contexto de mostrar a Freguesia, achava que tinha corrido bem. Demonstraram o que de bom tinha Real, as suas condicionantes e os seus problemas. Logo a seguir àquela visita tiveram uma infelicidade, a Freguesia já não estava tão bonita como naquele dia, porque uma boa parte ardeu. Foi gratificante, gostou daquela iniciativa e agradeceu ao Presidente da AM por aquele facto e esperava que voltassem brevemente.

Almiro Moreira referiu que felicitava a Mesa e a Junta de Freguesia de Real pela AM descentralizada e lamentou não ter conseguido estar presente. Questionou o Sr. Presidente da CM sobre a quantidade de candidaturas ao Concurso de Ideias tinham sido recebidas; se tinha algumas informações sobre os desenvolvimentos das Águas do Norte. Porque verificou que houve um processo em que a CM já tinha despendido 18.000,00€ para cobrir serviços jurídicos no âmbito daquele processo. Questionou qual o objetivo e necessidade de se gastar 142.000,00€ por ano para aquisição de serviços para a administração geral, a quem foi e como foi contratado. Questionou se aquele contrato não violava o estabelecido no PSF, no que se referia à contenção de despesas com o pessoal. Questionou sobre o número de requerimentos que recebeu a solicitar lugares privativos de estacionamento, desde a entrada em vigor da nova Postura Municipal de Trânsito e conforme o artigo 12º. dos que eventualmente tenham sido recebidos, a quais foram cedidos a respetiva licença. Há quase um ano estava em vigor a nova Postura de Trânsito e verificava que os sinais de trânsito dos lugares privativos continuavam no mesmo sítio. Continuava a ver, junto à PT, um sinal a dizer que o lugar era privativo, mas o Regulamento dizia que os lugares eram concedidos por requerimento e depois obtido por licença. Propunha os que não estivessem a cumprir o Regulamento, fossem removidos, para não estarem a privilegiar ninguém. Questionou sobre a situação do prédio da AV. General Humberto Delgado, por trás da Igreja, e qual era a situação atual dele. Ia entregar à Mesa um requerimento para que pudesse dar informação dos despachos que foram proferidos no âmbito daquele processo. Por último, referiu que estava estupefacto com as declarações do Sr. Presidente da CM, sobre a alegada falsificação de um documento por parte do Vereador José Manuel Carvalho. Segundo as declarações que leu na última ata da AM, a melhor qualidade, em política, de uma pessoa era ser “fiel e leal” e que aqueles nunca seriam abandonados pelo Dr. Gonçalo Rocha. Não interessava a competência, a idoneidade e o caráter. Para o Sr. Presidente da CM, se o pusessem a par de tudo e se fizessem tudo o que ele queria, eram fies e leais e nunca os abandonaria. Aquelas declarações explicavam um pouco do que se passava no concelho e, na sua opinião, explicava a razão porque o Sr. Vereador ainda era Vereador e ainda tinha pelouros.

Mónica Rocha, em representação do Presidente da União de Freguesia de Raiva, Pedorido e Paraíso, referiu que se congratulava com o Executivo pela obra do

Cais de Midões, que era muito ansiada e teve o avanço merecido. Gostava de saber o ponto da situação da Requalificação do Choupal e como estava em termos de expropriação e quando ia avançar a obra. Gostava de saber o ponto da situação do projeto da variante à EN 222. Por último, agradeceu o trabalho dos Bombeiros Voluntários no combate aos incêndios no mês de Agosto e propôs um voto de louvor aos Bombeiros de Castelo de Paiva.

José Rocha referiu que o Grupo Municipal do PSD da AM propunha um voto de louvor para os Bombeiros Voluntários, GNR e Populares do Seguinte teor: “*Ultrapassada uma fase muito negra para o Município, a bancada Municipal do PSD, vem por este meio, propor a esta Assembleia Municipal um voto de louvor e reconhecimento a todos os Bombeiros Voluntários, Militares da GNR e Populares que ajudaram, dentro das suas competências e possibilidades, no combate aos incêndios que deflagraram no último mês em Castelo de Paiva.*”. Questionou o Sr.Presidente da CM sobre o que se passava ao nível da limpeza das ruas, no centro de Castelo de Paiva, assim como a recolha do lixo nos meses de Agosto e Setembro.Para um Executivo que tanto falava em atrair turismo para o Concelho não seria aquela a forma de o fazer. Com as ruas amontoadas de lixo e os contentores a abarrotar nos meses de maior afluência.Perguntou o que se passava com as duas viaturas de lixo municipais,visto que tinha sido uma viatura de recolha de um concelho vizinho a laborar em Castelo de Paiva e em que moldes ocorria aquela cedência por parte da CM de Arouca. Qual o motivo para que nem sempre todos os turnos de recolha de lixo trabalhem, principalmente nos meses de maior calor, que inclusive podem por em risco a saúde pública com o acumular de resíduos. No seu entender, pensava que não era por falta de pessoal, porque quando se contratava uma empresa de Cinfães por 72.000,00€ dos paivenses, por meio ano para colocar pessoal nos gabinetes da CM afetos ao PS como pagamento de favores políticos e não se contratava mão-de-obra para oficinas e pessoal de serviço de rua, era porque no entender do Executivo, aqueles serviços encontravam-se plenamente servidos de pessoal. Gostava de saber o que efetivamente se passava com aquela questão.

Agostinho Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, referiu que dava um louvor à CM pelo trabalho que tinha feito pelo Concelho. Agradeceu a presença do Executivo e de todos os seus colegas que estiveram no dia da Freguesia em S. Martinho. Lamentou só ter vistoas pessoas a andar de porta em porta nas campanhas eleitorais, esperava que para o ano estivessem todos presentes no dia da Freguesia de S. Martinho, nem que fosse para criticarem. Deu um louvor à CM pelo passeio sénior e mais uma vez não viu os autarcas, os políticos do Concelho. Só o Executivo estava presente e gostava de saber onde estavam restantes pessoas do Concelho, mas para o ano deverão lá estar.Louvava o Sr. Manuel Vieira, representante do Grupo Desportivo de Castelo de Paiva, pelainiciativa que tiveram em entregar a camisola do Vitor Barbosa que representou o Concelho, o País, a Freguesia de S. Martinho no Campeonato Mundial de Corrida e Montanha na Bulgária. Um bem-haja ao Vitor

Barbosa pela classificação que alcançou e ao Grupo Desportivo. Louvava a CM por mais uma obra que vai ser realizada em S. Martinho, o corte de curvas nas Barrocas que dava acesso ao Lugar de Crava. Um bem-haja aos proprietários dos terrenos que cederam cerca de 2.000 metros de terreno. Lamentava que todas as vezes que vinha à AM só ouvia críticas ao Vereador José Manuel Carvalho. Perguntou se quem trabalhava e tinha rigor no Concelho era um alvo a abater; ou se o Vereador José Manuel Carvalho estaria a meter medo a alguns políticos. Tinham que valorizar a um grupo de jovens que veio para a CM acerca de 7 anos e já se ouvia falar bem da mesma. Questionou o José Manuel Carvalho se tinha roubado alguma coisa a alguém; seo processo já não tinha terminado. Todas as pessoas que trabalhavam no Concelho eram um alvo a abater. Perguntou quem é que queria os interesses dos paivenses na ruína. Já chegava de incriminar e acusar as pessoas. Um bem-haja ao Vereador José Manuel Carvalho e ao Executivo.

José António Vilela, Presidente da União de Freguesia de Sobrado e Bairros, referiu que dava os parabéns ao Grupo Desportivo pela organização da caminhada e corrida entre parques e pela corrida das vindimas que foram muito participadas. Deu os parabéns pela participação do Vitor Barbosa no Campeonato Mundial de Corrida e Montanha na Bulgária e que era um orgulho para todos. Agradeceu à CM a colaboração e participação na Feira do Gado nas Festas de S. Lourenço em Bairros. Deu os parabéns à CM pela realização da Feira do Vinho Verde que foi um êxito, mas também não concordava com a venda ambulante no recinto da Feira do Vinho Verde. Referiu que a Junta de Freguesia estava na disposição de colaborar no muro do cruzamento que vai para a Portelinha em Bairros.

Giselda Neves referiu que quanto à venda ambulante no recinto da Feira do Vinho Verde achava que tinham direito a desenvolver os seus negócios, mas que a CM deveria ter um papel pedagógico e discipliná-los na forma de os rentabilizar. Achava que devia haver uma preocupação com a recolha de lixo, durante a Feira do Vinho e no mês seguinte. Foi horrível, porque todos os ecopontos estavam lotados. Havia imensos autocaravanistas no Largo da Feira e que achava que era difícil para eles escoarem o lixo e não era agradável ver o Concelho naquele estado. Relativamente aos fogos que assolararam o País e particularmente o Concelho, tendo tido um fogo acerca de 30 metros da sua casa e que foram os bombeiros que atuaram rapidamente e por isso felicitava-os. Tinha apresentado queixa à GNR dos proprietários que não tinham os terrenos limpos. Gostaria de saber depois de apresentada a queixa, como é que as coisas se processavam, porque achava que muitos fogos se podiam evitar se as coimas fossem severas. Quanto ao arranque do ano letivo, felicitava mais uma vez o projeto de educação para todos, entrega dos livros gratuitos ao 1º Ciclo. Achava que a autarquia deveria pensar na educação como um todo e isso era os meninos desde o 1º. ao 4º. anos. Gostava daquela ideia que fazia parte do programa eleitoral e gostava de ver ideias e projetos cumpridos. Agradava-lhe a intenção de alargarem a medida para o 5º. e 6º. anos, porque eram medidas que promoviam a educação. Gostava que fizessem

um ponto da situação sobre a reorganização da rede escolar, que escolas fecharam, as que se mantiveram, o que se passava entre o Agrupamento e a Escola que deixou de funcionar como a EB 2/3, quem geria aquele espaço. Se era a CM, se foi aproveitado no âmbito dos poderes autárquicos. Perguntou, ainda, o que é que a CM poderia fazer para resolver todo aquele caos de trânsito que se gerou à volta da Escola Sede do Agrupamento. Não deveriam esperar que alguma tragédia ocorresse, para depois começarem a deitar culpas uns aos outros e no final não ser culpa de ninguém. Deveriam estar todos envolvidos quer o Agrupamento, os municíipes ou autarquia na resolução daquele problema. Felizmente o tempo estava bom, mas não queria imaginar nos primeiros dias de chuva.

Liliana Vieira referiu que toda a comunidade paivense acompanhou o início do ano letivo e com especial atenção após a criação do pólo escolar na escola EB 2/3 e por isso questionou o Sr. Presidente, que tinha afirmado na reunião de CM do dia 25 Agosto que estava tudo preparado para o arranque do ano letivo como nos últimos dias havia várias manifestações de opiniões, que gostava de saber como achava o Sr. Presidente, que tinha o pelouro da educação, como estava a decorrer o início do ano letivo. Era do conhecimento público o caos do trânsito naquele local, sabia que tinha havido uma reunião da Comissão de Trânsito e gostava de saber qual tinha sido a solução encontrada. Sabia que a responsabilidade era do Ministério da Educação, mas cabia também ao Município exigir e por isso existia uma solução definitiva pensada. Com a criação do pólo escolar na EB2/3, e mesmo na secundária, veio a público a falta de auxiliares de educação, a responsabilidade de os colocar era do Ministério de Educação, questionando o executivo se, nas reuniões que manteve com o mesmo, manifestou essas preocupações: quer do trânsito, quer da possível falta de recursos humanos. Porque também sabia que o número de alunos tinha tendência para aumentar e não para diminuir. Por último, questionou o Sr. Presidente, porque gostava de saber se partilhava da opinião expressa pelo seu adjunto nas redes sociais, porque ele que era o adjunto da pessoa que tinha o pelouro da educação e que se presumia que tinha informação privilegiada, se achava correto que num momento em que todos se empenhavam na busca de soluções, outros, com responsabilidades, fizessem comentários menos apropriados nas redes sociais.

Filipe Costa referiu a participação do Coro de Câmara da Academia de Música na Rússia, em representação do Concelho e, acima de tudo, de Portugal, visto ter sido o único Coro Português, que foram premiados com duas medalhas de prata e que todos os paivenses deveriam estar orgulhosos.

Carla Freitas referiu que se tinha falado da Feira do Vinho Verde, mas havia uma questão que a melindrava que era a questão da venda de bebidas alcoólicas a menores. Era visível que se algum menor se dirigisse a uma barraquinha e pedisse um copo de vinho, este lhe era vendido. Era uma situação extremamente

grave. Na última Feira do Vinho Verde, havia jovens de 13 e 14 anos a comprarem caipirinhas de vinho verde assim como cocktails com álcool, e que tudo isto era uma situação que preocupava os pais. Não era contra a Feira do Vinho Verde, mas aquela situação era aflitiva. Tinham, em Castelo de Paiva, um projeto que trabalhava a prevenção do consumo do álcool e das drogas. Trabalhavam no terreno e faziam prevenção, mas fazê-lo neste ambiente, os resultados nem podiam ser contabilizados. Solicitou que dessem atenção a esta questão e já que falaram em fechar o recinto da Feira com barreiras, poderiam fecha-la também aos jovens menores. Deveriam acautelar esta situação, porque os jovens eram o futuro e se estavam a trabalhar para a prevenção e consumo, aquela iniciativa deveria partir de todos. Enaltecia o Executivo por ter recebido, no domingo passado, o Grande Fundo da EDP, era de louvar, porque tinham tido a oportunidade de ver passar o campeão do mundo. Referiu, também, que estava preocupada com o caos que estava na Escola Secundária. Tinha lá estado e ficou chocada, porque a situação tornou-se catastrófica, eram os miúdos a sair, eram os carros e os pais à espera. Por trás disto tudo havia sempre uma justificação da Parque Escolar, mas achava que tinham de tomar alguma posição enquanto encarregados de educação e enquanto cidadãos de Castelo de Paiva. A Parque Escolar construiu, dava as ordens, mas esqueceu-se que havia crianças, jovens, professores e funcionários a trabalhar sem condições. Aquela situação era preocupante e gostava de saber, pelo Executivo, como tinha corrido a reunião com a Agrupamento e com a DGAE.

José António Rocha fez referência ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva e em especial ao seu atleta pela participação internacional. Quanto aos vendedores ambulantes, achava que a CM deveria pensar sobre o assunto, porque pensava que era legalmente possível fazer a limitação dos vendedores ambulantes. Foi publicado no dia 27 de Setembro de 2016 um aviso do Município de Castelo de Paiva a dar nota que foi deliberado proceder à revisão do PDM. Importava referir que da aprovação do atual PDM já tinham decorrido 20 anos sem qualquer revisão. Estava a decorrer o período de consulta pública onde poderiam dar sugestões ou pedir informações. Por fim, deu os parabéns ao Sr. Presidente da AM e à Junta de Freguesia de Real pela realização da última AM. Foi um momento de grande oportunidade, porque foi possível contactar as populações e ouvir as suas necessidades, mas foi pena que alguns membros da AM estivessem ausentes.

Ângelo Soares referiu que quanto à questão da venda de bebidas alcoólicas a jovens, era quase impossível ter mão nisso, porque achava que isso era uma questão de educação. Quanto à questão do trânsito escolar, achava que estavam todos mal habituados. No seu dia a dia, via o trânsito que ia por aí fora e estava tempos infinitos em fila à espera que os pais metessem os meninos na escola. Dever-se-iam mentalizar que os meninos deveriam andar a pé e quando chovesse

deveriam comprar umas capas e botas. A CM não ia ter hipóteses de resolver aquela questão a não ser que fosse construído um viaduto ou umas pontes. Era impossível agradar a todos, mas os meninos já não eram bebés e podiam apanhar um bocadinho de chuva.

Maria Alcinare referiu que concordava da opinião do Membro anterior. Esteve numa reunião com o Sr. Comandante da GNR que disse que aquilo era um problema da cidade do Porto, S. João da Madeira, da Feira. Castelo de Paiva era um Concelho pequenino e infelizmente não tinha grande saída. Era verdade que a Parque Escolar não era desculpa, mas a Direção da Escola e o Executivo estavam empenhados em resolver aquele assunto, mas os pais não ajudavam muito, porque estacionavam em 2^a. e 3^a. fila e os outros não podiam passar, que era impossível apanhar os alunos em frente ao portão. Achava que o que faltava era educar para a cidadania.

Presidente da AM referiu que relativamente à questão da Feira do Vinho Verde e dos Vendedores ambulantes, não estava a ver porem funcionários municipais ou guardas a impedir a passagem. Havia um Regulamento de venda ambulante e que a administração pública não podia intervir assim, porque havia o princípio da legalidade. Se devia ver se o regulamento permitia o que se pretendia ou criavam um regulamento para aplicar naquela Feira. Achava que a medida se justificava, mas tinha de ser regulamentada. Relativamente aos incêndios, tinha uma Moção para ser submetida à deliberação da AM, mas queria recordar que na AM que fizeram em Real, tinham convidado o Sr. Comandante dos Bombeiros e o Comandante da GNR e que seria eventualmente abordado o tema relacionado com os incêndios, teria sido interessante se tivessem estado presentes para analisarem a questão da floresta, os incêndios e ainda a questão da segurança dos idosos, porque havia alguns abandonados. Gostava que tivessem discutido aquelas questões antes dos incêndios.

Presidente da AM, submeteu à consideração uma proposta de um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários, GNR e Paivenses que combateram os incêndios do seguinte teor: “*Ultrapassada uma fase muito negra para o Município, a bancada Municipal do PSD, vem por este meio, propor a esta Assembleia Municipal um voto de louvor e reconhecimento a todos os Bombeiros Voluntários, Militares da GNR e Populares que ajudaram, dentro das suas competências e possibilidades, no combate aos incêndios que deflagraram no último mês em Castelo de Paiva.*”

Colocada à votação, a AM foi aprovou por unanimidade, o referido voto de louvor, e que fosse dado conhecimento ao Comandante da GNR e Bombeiros Voluntários.

Presidente da AM continuou, referindo que, quanto à questão do Dia da Freguesia de S. Martinho, tinha tido o cuidado de enviar a sua justificação

porque estava ausente do País, mas que a AM esteve representada. Deu nota das atividades da AM. Tinha estado presente na Feira do Vinho Verde, em que foi recebido o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Dr. Nuno Pedro Santos; esteve na inauguração dos ateliers da APPACDM – Escola de Sabariz; esteve na XIII Prova e Mostra de Vinhos e Petiscos de Sabariz; esteve na colocação de Bancos no espaço de lazer do Gilde em Real; que o Sr. José Vieira representou a AM na visita que a Sr. Ministra da Administração Interna fez ao Concelho por causa dos incêndios; esteve presente na inauguração da pintura do artista António Ribeiro; esteve na apresentação do Livro “Para lá de Bagdad”, do escritor Alberto Santos; esteve presente em Fátima no Passeio dos Idosos.

Presidente da AM propôs um voto de louvor e regozijo à Academia de Música de Castelo de Paivapela participação do Coro de Câmara da Academia de Música no Festival Internacional realizado na Rússia, pelo nível de música que apaixonadamente executaram e por terem levado bem alto o nome de Castelo de Paiva.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade, aprová-lo e que se desse conhecimento através da Academia de Música, ao Maestro e a todos os participantes.

Presidente da AM propôs um voto de reconhecimento e louvor ao atleta Vitor Barbosa e ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva, pela participação no Campeonato Mundial de Corrida e Montanha, realizado na Bulgária.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade, aprová-lo e que se desse conhecimento ao Atleta Vitor Barbosa e ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva.

Filipe Costa referiu que relativamente à restrição e consumo de bebidas alcoólicas e a questão dos vendedores ambulantes, estava à vontade naquelas matérias, sabia o que era exigido, o que era necessário, como se podia vedar, uma ou outra situação. Havia legislação para estas atividades e podia colaborar.

Presidente da AM interveio e, dirigindo-se ao Almiro Moreira, referiu que estranhava que ainda viessem com a questão do Vereador José Manuel Carvalho. Em Real abordou a questão, tomou posição e tinha dito que a questão estava resolvida. Na CM tinha havido Vereadores do PSD que andaram sempre a repetir aquela questão. Queriam repetir tantas vezes uma coisa que não era rigorosa, que sabiam que feria o caráter e a dignidade de uma pessoa e isso deveria ser evitado para bem de todos. Disse e dizia com convicção que não havia crime, não estava provado, não ia ficar provado crime em lado nenhum e não havia falsificação. O que estava num papel eram factos da vida real, que eram verdadeiros, passaram-se tal e qual e que a única dúvida que existia era o problema de uma data, mas deveriam ser sérios, honestos e crescidos. Mesmo

que um elemento da Policia Judiciária tenha ido verificar o computador e encontrasse um documento numa data, não significava que o documento não existisse antes daquela data. O que importava era que os factos eram todos verdadeiros. Só dignificariam a AM se respeitassem o caráter das pessoas. Como Membro da AM, ouviu na rádio uma coisa arrepiante, que foi na hora do público de uma reunião da CM, percebeu que estava lá o pai do Sr. Arquiteto e o que aquele senhor disse à entidade patronal do filho dava despedimento com justa causa no dia seguinte, a qualquer um que trabalhasse em qualquer lado. Depois a questão da história dos encarregados de educação, era na escola e nos infantários. Um pai vir à reunião de CM e dizer o que disse, ninguém levantou a voz, mas deviam ter-lhe dito que fosse lá para a sua terra ou para a Assembleia da sua Freguesia, onde era conhecido, fazer palhaçadas daquelas e que era incapaz de o fazer. Ao vir à CM fazê-lo e dizer o que disse, não se fazia, porque se havia alguma coisa a esclarecer, que se esclarecesse, mas não se devia dizer aquilo de quem pagava o pão nosso de cada dia ao filho. Ainda não tinha ouvido o filho a demarcar-se disto e a pedir desculpas aos paivenses, porque ele trabalha para eles e não para o Presidente da CM. Isto feria-o e o que se tinha passado era patético. Mas o pior de tudo é que estava acolitado por pessoas bem conhecidas da terra a ajudar à missa. O PSD deveria lembrar-se de um arquiteto que até se tinha barricado na CM e deu trabalho a Paulo Teixeira. Não se podia instrumentalizar funcionários para fazer política em Castelo de Paiva. Tinha vergonha, mas tinha que dizer tudo aquilo. Quanto à Senhora Vereadora Vanessa, dizia-lhe que quem tinha sido eleito para fiscalizar a CM, tinha sido a AM. A função dos vereadores não era fiscalizar outros vereadores e se havia justa causa para retirar a confiança a qualquer vereador, não era seguramente outro vereador que a retirava. Quem estava a cometer crime, era quem continuava a insinuar, a acusar o José Manuel Carvalho como se ele fosse criminoso. Isto não se fazia e punha um ponto final. Tinha ouvido uma vereadora da CM dizer que até ao final do mandato iria em todas as reuniões pedir a demissão do Vereador José Manuel Carvalho. Com isto a CM iria ter uma moção de censura da AM, porque não podiam permitir aquela bagunça e desordem, porque a CM era para funcionar. Assuntos que não tinham interesse para os paivenses, não deveriam perder tempo. Aquele assunto deveria morrer, se não quisessem que morresse, deveriam apresentar uma moção de censura/confiança. Convocaria uma Assembleia extraordinária e depois o órgão competente fiscalizador e eleito pelos paivenses, é que tinha de decidir aquela questão e arrumar de vez a mesma. O Sr. José Manuel Carvalho deveria continuar a trabalhar, não deveria sentir-se diminuído por aquele tipo de politiquice, que aquilo só lhe poderia dar mais força para trabalhar.

Almiro Moreira esclareceu que a sua intervenção foi no sentido de ter ficado estupefacto com as declarações do Sr. Presidente da CM, em que disse que as

melhores qualidades de um político era ser fiel e leal e que não lhe interessavam a competência, a idoneidade ou o caráter, desde que fossem fiéis e leais, no sentido de que qualquer pessoa que fosse leal e fiel independentemente do resto teria sempre o apoio dele e nunca o abandonaria e tinha sido por isto a sua indignação e por isso não tinha percebido a intervenção do Presidente da AM. O Presidente da AM era Presidente da AM, mas só punha um ponto final nas suas intervenções quando quisesse. Era livre e sempre que fosse convocado para a AM, iria intervir de maneira livre e dentro da liberdade que cada um tinha, não ferindo nem insultando ninguém, como achava que não o tinha feito, era livre de fazer as suas intervenções. Não recebia por parte do Sr. Presidente da AM, nem via qualquer legitimidade para lhe propor ou ao PSD, qualquer iniciativa e que também podia dizer-lhe que apresentasse uma moção de confiança.

Presidente da AM esclareceu que tinha falado como membro da AM.

Presidente da CM respondeu às questões que lhe foram colocadas. Quanto à intervenção do Vitor Quintas, agradeceu as palavras que endereçou à CM e quanto à questão da Feira do Vinho Verde e dos vendedores ambulantes, reconhecia que era um problema que já existia há alguns anos e não era fácil gerir os equilíbrios de dar oportunidades de negócio com o funcionamento da Feira, mas tentaria no futuro procurar que o ambiente fosse mais agradável. Quanto à corrida das vindimas e ao sucesso do Grupo Desportivo, já tinha tido oportunidade de felicitar aquela importante instituição do Concelho. Quanto à questão dos incêndios, aproveitava para dizer que a CM também se associava àquele louvor e reconhecimento aos Bombeiros e à GNR. Aproveitava também para agradecer a colaboração das Juntas de Freguesia de Real, Raiva, Pedorido e Paraíso, que estiveram presentes, que os meios foram todos colocados à disposição e que os bombeiros não passaram fome. Dava nota que a C no âmbito do aniversário dos Bombeiros Voluntário iria prestar uma homenagem aos Bombeiros e à GNR e que iam ter a presença da Srª. Secretária de Estado da Administração Interna. A CM tinha muito orgulho nos meios de socorro e da Proteção Civil que tinham no Concelho. Quanto à intervenção de Almiro Moreira e quanto ao concurso de ideias não tinha ideia do número de candidaturas, mas até ao meio dia tinham entrado duas, mas achava que tinham entrado mais posteriormente. Sobre a Empresa Águas do Norte e da extinção das Águas do Douro e Paiva e da CIM Douro, aproveitava para felicitar o Governo que se preparava para reativar aquelas duas empresas e que ia dar oportunidade aos munícipes que assim o entendessem. Sobre a questão dos 70 mil, era importante esclarecer que as pessoas que faziam parte daquele procedimento, já estavam a prestar serviço à CM em áreas que eram essenciais. Tinham tido por parte dos Agrupamentos uma manifestação e uma preocupação constantes de ter ainda mais pessoas ligadas à psicologia e ao apoio psicológico nas escolas e ao desenvolvimento dos projetos ligados à dislexia. A psicóloga que estava ao

serviço na CM já prestou apoio a cerca de 300 pessoas, sobretudo crianças, e dava também apoio à CPCJ. Tinham de ter algum respeito pelas pessoas que desenvolviam a sua atividade de forma séria e competente. ADr^a. Marlene Martins estava a fazer um bom trabalho, estava muito contente com o mesmo e tinha pena que não tivesse mais disponibilidade para dar ainda mais respostas que eram necessárias. Tinha outra pessoa, o Prof. Sandro, que estava ligado à educação física, que apoiava nas aulas da piscina de aprendizagem, que era frequentada por inúmeras pessoas e estava satisfeita com o trabalho que ele estava a desenvolver. Mas tinha mais, tinha o João Teixeira que trabalhava na CPCJ, considerava aquele trabalho muito importante junto de muitas famílias de Castelo de Paiva e também estava muito contente com seu trabalho. Tinham aberto mais três lugares para motorista de pesados. No mês de Agosto tiveram os camiões do lixo avariados, numa altura em que havia um aumento de população no Concelho. As coisas não correram bem ou como desejariam, e pediu apoio ao Concelho amigo de Arouca que o prestou gratuitamente. Tiveram de abrir vagas para aquela área porque não tinham pessoas com formação para conduzir os camiões. Se ninguém apreciou a recolha do lixo em Agosto, o Executivo também não. Iam fazer um investimento muito forte naquele setor e ao nível dos jardins públicos, ao nível do embelezamento iriam fazer uma aposta para que houvesse uma melhor imagem do Concelho. Era um trabalho que pretendia desenvolver, porque tinham menos recursos, pois as pessoas tinham ido para a reforma e era necessário garantir mais meios naquele nível. A maior parte dos recursos humanos afetos àquele procedimento estavam dirigidos ao armazém. Quanto à empresa ser de Cinfães, era porque nas câmaras municipais vizinhas era uma prática que acontecia há muito tempo. Tinha feito aquele procedimento, porque entendia que tinha de prestar e dar um enquadramento correto, que era algo que já não estaria a acontecer se renovassem com o mesmo modelo. Tinha feito aquela opção e estavam a dar direitos sociais àquelas pessoas. Não era mal nenhum fazê-lo, mesmo não tendo qualquer vínculo à CM em termos definitivos. Sobre a questão dos lugares de estacionamento não tinha informação disponível para ser prestada. Quanto ao prédio da Av. General Humberto Delgada era uma matéria que estava nos serviços municipais, que havia o direito da audiência da pessoa que foi notificada e teriam de aguardar o desencadear do processo. Qualquer Membro da AM poderia ter acesso ao processo em causa desde que o pedisse junto do Presidente da AM. Sobre a questão do Vereador, reiterou que o José Manuel Carvalho merecia toda a sua confiança, porque era leal, competente, credível, sério e tinha uma família que respeitava muito. Tinha todos os predicados que faziam dele um elemento imprescindível na sua equipa. O que importava era que continuavam a trabalhar em prol das gentes de Paiva e ele tinha muito trabalho para fazer. O que achava inqualificável era falarem do caráter, que deviam ter mais atenção, mais respeito e mais moderação. Sobre a intervenção da Mónica Rocha, a obra de Midões estava a decorrer e era paga na

íntegra pela APDL, mas tinha tido um impulso decisivo por parte da CM e da JF. Se inseria num contexto de uma intervenção que queriam fazer desde o Choupal em Pedorido. Já tinha assinado o despacho para o avanço do procedimento concursal do projeto do Choupal. Outra intervenção que estava a decorrer era em Boure – Sardoura, junto ao Rio Douro, e que em conjunto com a Junta de Freguesia de Sardoura, a APDL acolheu aquela pretensão, a obra estava no terreno e andava nos cerca de 20.000,00€ de requalificação, não só da acessibilidade mas também da zona de lazer. Sobre a questão da Variante à EN222, o processo estava em curso, esperava que brevemente iniciassem as reuniões com os técnicos para o desenvolvimento do mesmo e depois do projeto concluído se fizesse justiça com Castelo de Paiva. Agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho as palavras que lhe foram dirigidas e que era um gosto muito grande trabalhar com a Junta de Freguesia de S. Martinho. O parque fitness era uma belíssima obra e era uma marca que iria deixar na freguesia. Quanto à abertura e ao alargamento da via que abordou, que ia do Espinheirinho às Barrocas, em S. Martinho, era um anseio antigo, mas iria ser iniciado brevemente. Agradecia as palavras do Sr. Presidente da União de Freguesia de Sobrado e Bairros e felicitou a organização da feira do gado. A intervenção referente ao muro estava a ser programada para avançar a curto prazo. Aquela era uma das intervenções colocadas no mapa dos prejuízos das intempéries e estava a ser analisado pelo Governo e esperava que este apoiasse com alguma componente financeira, mas se isso não acontecesse a obra seria feita, até por uma questão de segurança. Quanto à intervenção da Prof. Giselda, sobre as queixas da limpeza dos terrenos, tinham tido uma atitude pró ativa, todas as queixas e situações que os serviços detetavam tinham sido expeditos nas notificações. Havia proprietários que limpavam voluntariamente os terrenos, mas havia outras situações que não acontecia isso, mas os procedimentos estavam a ser desencadeados como a legislação impunha. Sobre o arranque do ano letivo, tinha sido diferente do ano anterior ao nível da rede de escolas, por imposição do Ministério da Educação e também pela opção daquilo que era a realidade do Concelho, mas tinham conseguido envolver a Associação de Pais, com diálogo com todos, tinham conseguido que as coisas decorressem da melhor forma. Juntaram as escolas de Sobrado num espaço só, porque entenderam que seria um desperdício estar a utilizar todos os equipamentos com custos elevados com o seu funcionamento. Todos os alunos do 2º e 3º ciclo saíram da escola e foram para a nova escola da Parque Escolar. Como não podiam ficar a funcionar com 3 turmas, juntaram todas as turmas de Sobrado do 1º Ciclo, o Jardim de Infância de S. Gião e até as próprias educadoras manifestaram logo o interesse e a vontade de ir para as instalações novas. Estava tudo a funcionar bem, em segurança, nas melhores condições, com as melhores refeições, o nível de transportes era excelente e as respostas tinham sido positivas. Quanto à questão dos manuais escolares, foi uma medida que mantiveram. Este ano o Governo

desenvolveu a iniciativa de facultar os manuais aos alunos do 1º ano do 1º Ciclo, mas no próximo ano poderiam incluir o 2º ciclo, os 5º e 6º anos. A intenção era manter as medidas e alargá-las no apoio à educação. Tinham a fruta escolar, o lanche escolar, as refeições, as várias componentes que ajudavam e os transportes escolares. Julgava que estava tudo a funcionar bem, em termos do pólo que foi criado, porque houve um grande esforço e grande investimento por parte da CM para que as coisas avançassem da melhor forma, salvaguardando todas as condições de segurança e conforto dos alunos. Estavam a tentar fazer aquilo ao nível das Freguesias com o apoio das Juntas de Freguesia para que as escolas estivessem em boas condições. Quanto à questão do trânsito junto ao Agrupamento, era evidente que com o aumento do número de alunos e todos a sair para a mesma rua num espaço tão pequeno, tornou tudo mais difícil. Mas os grandes responsáveis eram a Parque Escolar e o Ministério da Educação, porque lançaram a escola e deveriam ter respeitado o parecer da CM, porque aquela escola não cumpria as regras do urbanismo da CM. Se fosse um privado a apresentar aquele projeto seria chumbado. Na altura manifestaram à Parque Escolar e ao Ministério da Educação a posição que tinham tomado. Estava a desenvolver o dossier para apresentar e, caso houvesse um eixo de financiamento comunitário, se criasse uma baía de resguardo dos autocarros e entrada e saída dos alunos. A área onde iria ser feita aquela intervenção pertencia à Parque Escolar e se houver aquele eixo de financiamento, os 15% que eram exigidos pela componente nacional, seriam assegurados pelo Município. Na reunião da Comissão de Trânsito decidiram avançar com o sentido único durante alguns períodos do dia, sobretudo nos períodos mais críticos, ou seja, entre as 8h e as 9h, entre as 12.30h e as 13.30h e as 17h às 18h, em que o trânsito só descia e iriam fazer a experiência durante 30 dias. Sobre as publicações nas redes sociais, eram livres e cada um podia lançar as suas opiniões. Quanto à falta de auxiliares de ação educativa, o Agrupamento já tinha manifestado várias vezes insuficiência dos mesmos, mas no Governo definiram rácios e diziam que em Castelo de Paiva o rácio era superior em termos de números de alunos. Achava que eram necessários mais funcionários face à dimensão que o equipamento tinha. Estava junto do Ministério da Educação a apresentar aquela preocupação. Ao nível do 1º ciclo colaboravam com pessoas que frequentavam programas ocupacionais. Sobre a Academia de Música, foi um momento muito alto no Concelho, tinham feito uma cerimónia de reconhecimento pela grande distinção que tiveram. Era um motivo de orgulho para o Concelho de Castelo de Paiva. Já estava a tratar do processo para a criação do Centro de Artes e Espetáculos de Castelo de Paiva. Era um grande desafio que tinham e que aquele projeto não podia ficar confinado às atuais instalações, que tinham de ser muito maiores e com muito mais qualidade. Castelo de Paiva também era música e cultura. Quanto à intervenção do José António Rocha, tiveram finalmente o avanço e o arranque do PDM. Gostava que

fosse célere, mas participado, democrático, transparente e que todos tivessem oportunidade de participar. Ia fazer uma divulgação para que fosse o mais participado possível. Era uma necessidade antiga da CM, mas finalmente iria ser posto em prática e esperava que no período de dois anos tivesse concluído para gerar oportunidades para os paivenses. O atraso deveu-se à inexistência de cartografia digital e que finalmente estava resolvido. Junto do Sr. Presidente da AM iriam nomear duas pessoas para fazer parte da Comissão de Acompanhamento. Partilhou que apesar de ainda não ser definitivo, achava que estava quase fechado um negócio para as antigas instalações da CERNE, de um grupo espanhol do setor das madeiras. Aguardavam com expectativa, porque achava muito importante para Castelo de Paiva, porque se esperava que no 1º. ano de laboração promovesse 100 postos de trabalho diretos.

4.-INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Presente o ofício 3565 de 16.09.2016, do Presidente da Câmara, contendo a informação da atividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 15 de Setembro de 2016, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 926.247,33 (novecentos e vinte e seis mil duzentos e quarenta e sete euros e trinta e três centimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 14.09.2016, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.089.233,77 (um milhão oitenta e nove mil duzentos e trinta e três euros e setenta e sete centimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta ata.

5. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PROJ. 2002/I/102)

Retirado este ponto por falta de elementos.

6. -CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO – – PLANO DE INVESTIMENTOS

Retirado este ponto por falta de elementos

7. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Presente o Relatório de Execução Orçamental, que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM esclareceu que os indicadores do ano anterior não sofreram grandes alterações em termos de resultados financeiros, mesmo que negativos tinham uma execução bastante positiva. O resultado líquido do exercício em termos de período homólogo apresentava um aumento de cerca de 30%. Tinham tido uma diminuição da liquidez por força do não recebimento de verbas que

estavam previstas. Tinham tido uma baixa relativamente ao prazo médio de pagamentos em 28 dias. Tinham uma redução de cerca de 65% na liquidação de juros dos empréstimos bancários, sobretudo à poupança gerada com o novo PSF. Continuava a ter equilíbrio das contas municipais.

Almiro Moreira referiu que gostava que o informassem, porque via que aparecia uma descida de custos com pessoal em que a justificação era à custa da descida das contratações da Segurança Social associada à ausência de estagiários no segundo semestre e se aquela descida contribuía para a redução de 45.000,00€, pois parecia-lhe excessivo. Questionou se não deveria estar incluída na rubrica de pessoal à aquisição de serviços dos recursos humanos que tinha referido no ponto anterior. Na aquisição de bens/mercadorias vendidas/água havia um aumento e a justificação que estava no relatório dizia que se devia a custos ou perdas. Gostava de saber qual a proporção do aumento de custos e qual era a das perdas. Na parte das despesas havia uma subida nos outros e aparecia a justificação, de que o aumento se referia ao custo de perdas de mercadorias da venda de água. Gostava de saber se estava errado ou se havia a mesma justificação para as duas rubricas. Na página 12 dizia que devido a questões informáticas não tinha sido possível aos relatores apresentarem situação real em 30.06.2016. Gostava de saber se tinha alguma explicação pormenorizada das referidas questões informáticas. Por último, fez um reparo, que não ficava bem num documento oficial ter a marca “draft” na página 20.

Presidente da CM referiu que quanto à página que continha a marca “draft” não deveria ter ido com aquela marca de água, mas tinha a confirmação da certificação legal das contas. Quanto às perdas de água existiam em maior número e as recentes diminuíram. Tiveram um consumo, devido aos fogos e fez com que aqueles valores aumentassem, sobre a outra questão, só questionando os serviços, mas achava que refletiam os valores que foram colocados na questão dos estágios profissionais. Há locação das rubricas do pessoal e de prestações de serviços, correspondiam àquilo que eram as regras contabilísticas. O contrato com a empresa CINEDUCA só existiu posteriormente àquele relatório. Quanto à questão da informática teria de consultar os serviços de contabilidade.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade aprovar o presente Relatório de Execução Orçamental.

8. - REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS – DL N.º 165/2014, DE 5/11, E LEI N.º 21/2016, DE 19/07

Presente as informações dos serviços, referentes aos dois processos de regularização da atividade industrial dos requerentes CAPAVENTURE – Equipamentos para Tempos Livres e Lazer Lda e SILMARBESSO – Silva

Marçal Bessa e Sousa Lda, que se dão aqui como integralmente reproduzidas e ficam arquivadas na pasta anexa a esta ata.

Vereador José Manuel Carvalho esclareceu que a AM, no ano passado, já tinha aprovado o interesse público para um conjunto de indústrias e pecuárias que requereram naquele regime excepcional e foi feito um apelo para que todos os interessados fizessem uso daquele regime para puderem legalizar as situações que estivessem a violar os instrumentos de gestão territorial. Mas houve uma prorrogação da Lei em Junho de 2016, o que permitiu que as industrias e pecuárias se socorressem daquele regime, para legalizar a sua situação e que aquela prorrogação era pelo prazo de um ano. Havia duas empresas que manifestaram vontade de legalizar e que os respetivos pedidos vinham sustentados com o crescimento das indústrias.

Colocado à votação a AM deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público municipal, dos dois pedidos de regularização de atividade industrial.

9. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO À NATALIDADE – INQUÉRITO PÚBLICO.

Presente o Regulamento de Apoio à Natalidade com as respetivas alterações, que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM esclareceu que aquela alteração era a concretização de algumas situações que foram suscitadas no âmbito do projeto inicial, mas tinham assumido o compromisso na altura, nomeadamente, de incluir aquelas crianças que já tinham nascido, mas ainda não tinham completado 2 anos de idade, ou seja: iriam suportar as prestações que ainda teriam direito até àquela idade e também alteraram o género de produtos.

Mónica Rocha em representação do Presidente da União de Freguesia de Raiva, Pedorido e Paraíso referiu que dava os parabéns ao apoio à natalidade. Acha que o tipo de letra dos Regulamentos era pouco percutível. Se traziam uma alteração ao Regulamento deveriam fazer referência à mesma. Por último, referiu que ou utilizavam o acordo ortográfico ou não.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento de Apoio à Natalidade com as respetivas alterações.

10. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Adelino Nunes, residente em Sobrado, referiu que tinham passado 40 anos sobre as primeiras eleições autárquicas. Tinha sido aprovado uma alteração ao Regulamento da Natalidade que foi feita por um munícipe numa reunião de CM. Mas agradecia ao Executivo por ter aceitado a sugestão para que as crianças que nascessem antes de 2016 tivessem também os benefícios que aprovaram. Era

sinal de que todos tinham que estar atentos e fazer propostas e que a oposição e os deputados também tinham de fazer propostas. Achava muito bem que louvassem os Bombeiros e a GNR, mas ninguém falava do órgão Proteção Civil. O Sr. Presidente da AM convidou o Sr. Comandante dos Bombeiros e da GNR para a AM de Real e eles não foram lá, mas se tivesse convidado a Proteção Civil teriam ido lá. Afirmou que no Jornal de Paiva, o Sr. Presidente da AM tinha feito uma referência sobre a cobertura às Assembleias Municipal e de Freguesia, mas que também tinha que haver colaboração do Jornal de Paiva, porque se tinha uma colaboração da CM, deveria transmitir as notícias da AM e das Assembleias de Freguesias. O Sr. Presidente da AM não esteve presente na festa do atleta internacional, mas podia ter estado representado por um Membro da Mesa. O Presidente da AM, aquando da visita do Ministro da Segurança Social falou sobre os campos e as quintas que estavam abandonadas e que estragavam a estética do Concelho, por isso solicitava que a AM propusesse à CM que estivesse atenta àquelas situações. Sentia triste pelo espaço envolvente à Rotunda dos Combatentes que estava tão a monte, sentia vergonha e estava a estragar a estética da mesma, desrespeitando o Ultramar e os paivenses que tinham falecido.

Vanessa Pereira, residente em Paraíso, referiu que quanto às referências do Sr. Presidente da AM, quem a conhecia sabia que não se escondia e que falava olhos nos olhos o que tinha para dizer. Entendia que o assunto que falaram do José Manuel Carvalho era incômodo, mas no passado também houve muitos e não foi por isso que deixaram de ser falados. Tudo o que tinha dito, repetia e mantinha de forma política e o Vereador sabia que não era pessoal. Tinha memória do que tinha sido feito no passado e tinha um princípio básico que era “não faças aos outros aquilo que não gostas que te façam ou te fizeram a ti”. Por isso, aquele era um processo político e não pessoal. Mau era que um vereador, numa reunião de CM, não pudesse questionar um processo, uma definição do Ministério Público e da Policia Judiciária sobre um comportamento e questionar isso a um vereador. Por isso, vergonha não tinha. Vergonha era tentar limitar as pessoas a discutir as coisas de forma simples honesta e limpa. Porque, se o Vereador tinha família os outros também tinham.

Mário Pereira Fernandes, residente em Real, referiu que, quanto à questão do fogo perto da casa da Prof. Giselda, era muito triste quando as pessoas não faziam limpeza perto das casas. Os Bombeiros estavam muito bem equipados e estavam sempre prontos para o combate; no entanto, a não limpeza do mato perto das casas deveria dar uma grande punição, mas isso não acontecia. Quanto à Feira do Vinho Verde e quanto ao controle das bebidas alcoólicas aos menores, achava que era impossível fazê-lo, porque a maior parte das pessoas não andava com o bilhete de identidade. Dava os parabéns à CM, porque na sua opinião tinha sido a melhor Feira do Vinho Verde de todos os tempos. Sobre a Escola

Secundária, não era fácil gerir uma escola com 2.000 alunos. Era horrível o trânsito e que todas as intervenções deveriam ser muito bem estudadas. No caso da chuva, achava que deveria haver um túnel em alumínio até dentro do edifício da escola. Achava que havia muita falta de civismo. O Sr. Presidente da CM tinha dito que tinha de haver outra orientação de trânsito. Achava muito bem que experimentassem um só sentido para evitar acidentes. O Sr. Presidente da CM também comentou a expansão dos livros escolares, achava que era uma iniciativa de louvar. Quanto ao saneamento do Vale da Mota, referiu que tinha ficado muito contente quando naquela semana chegou lá o Ministério do Ambiente, que fotografou, registou tudo e disseram que nunca tinham visto uma piscina tão bonita. Já tinha falado com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real sobre aquele assunto e pediu mais uma vez que não esquecessem aquele assunto, porque era uma situação muito complicada e não havia igual no Concelho. No Vale da Mota tinham cabos de telefone e de fibra e o seu filho, com a mão, tocava neles; agradecia que fizessem alguma coisa quanto aquilo. Na curva da Antela, em Real, havia uma matéria explosiva, que era um lote de lenha, folhas de eucalipto que os madeireiros deixaram, e nos tempos que corriam aquilo não deveria ser permitido. Dava os parabéns ao Executivo da Junta de Freguesia de Real pelo trabalho que fizeram na Capela Mortuária. Por último referiu que gostava que a CM olhasse um pouco mais para a Freguesia de Real.

Almiro Moreira, residente em Paraíso, referiu que aceitava todas as críticas, mas algumas deveriam ser corrigidas. Naquele mandato e em todos os anos, o PSD apresentou propostas para as Grandes Opções do Plano e algumas foram aceites e outras não, e uma das que foi aceite foi a Natalidade em 2014 e 2015.

Vitor Quintas, Presidente da Junta de Freguesia de Real, referiu que relativamente à Casa Mortuária agradecia os elogios, mas aquela obra não era da Junta, mas sim do povo de Real, e a CM também tinha ajudado com o projeto, à semelhança do que fez com outras Juntas de Freguesia. Esperava que a CM até ao final do mandato ajudasse com as acessibilidades, pois era a questão mais premente da Freguesia a seguir à questão essencial do saneamento do Vale da Mota e do Outeiro.

Presidente da AM referiu que achava que todos se tinham candidatado de boa vontade. O Sr. Adelino tinha falado e deu a ideia que os eleitos nada faziam. Achava que tinha de defender a honra e dignidade da AM e de todos aqueles que eram eleitos. As intervenções do público eram bem-vindas. Não tinha a leitura que durante décadas nunca tivessem existido propostas. A referência que fez ao Jornal de Paiva, não tinha lido o que publicaram, mas tinha a certeza que não tinha deixado de defender a AM. Quanto à intervenção da Vanessa Pereira, gostou de a ouvir dizer que nada tinha contra o José Manuel Carvalho e que era uma questão política, mas que ele também tinha feito uma intervenção política.

Quanto à questão de não ter vergonha, as pessoas não tinham grande conceito quando perdiam a vergonha. Quanto ao facto de ser um processo político, queria ter o sentido nobre da política, que eram os interesses coletivos, era o bem comum, era uma forma superior de se interessarem pelos outros. Nunca se tinha aproveitado da política.

A sessão foi encerrada às 00.15h, tendo-se aprovado por unanimidade a minuta desta ata, nos termos do nº. 3 do artigo 57º. da Lei nº. 75/13, de 12 de Setembro.

Aprovada na sessão de ____ /____ / ____ por_____

Com ____ votos a favor, ____ abstenções e ____ votos contra